

DEBATENDO A PROMOÇÃO EM SAÚDE À COMUNIDADE LGBTQIAPN+: EXPERIÊNCIA COM ENFERMEIROS(AS) MESTRANDOS(AS) EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO SUL DO BRASIL

**JONATAN PELLEZ [1], WILLIAN LORENTZ [2], RAFAEL DE LIMA CARMO [3],
VANDER MONTEIRO DA CONCEIÇÃO [4], CLÁUDIO CLAUDINO DA SILVA
FILHO [5]**

1 Introdução

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Interssexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários (LGBTQIAPN+) enfrenta, a cada dia, situações de preconceito e da discriminação, que permeiam todos os aspectos da vida social e são fruto de uma construção coletiva embasada em estruturas sócio-político-culturais. Essa realidade não é fruto do acaso, mas de uma estrutura cultural profundamente enraizada no patriarcado, no conservadorismo e em normas cisgêneras e heteronormativas que ainda predominam em diversas esferas sociais. Desde o ambiente familiar até o mercado de trabalho, o acesso à saúde, educação e moradia, as pessoas LGBTQIAPN+ se deparam constantemente com barreiras que buscam silenciar sua existência, tornando-a invisível.

No entanto, em meio a essas dificuldades, o movimento LGBTQIAPN+ tem se fortalecido como um espaço de resistência e afirmação. A luta por direitos básicos, como o direito ao reconhecimento da identidade, à dignidade, à liberdade de expressão e ao respeito à diversidade, é diária e incessante. A batalha vai além do reconhecimento legal, ela se estende para a desconstrução das mentalidades arcaicas que ainda vêem o ser humano por uma lente estreita, limitada e opressiva (Toni Junior, 2024).

¹ Mestrando em Enfermagem do Programa de Pós Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, Santa Catarina, Brasil. Contato: jonatanznenn@gmail.com

² Bolsista FAPESC. Mestrando em Enfermagem do Programa de Pós Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, Santa Catarina, Brasil. Contato: willianlorentz777@gmail.com

³ Bolsista CNPq. Mestrando em Enfermagem do Programa de Pós Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, Santa Catarina, Brasil. Contato: rafaellimah@hotmail.com

⁴ Doutor em Enfermagem. Professor do Programa de Pós Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, Santa Catarina, Brasil. Contato: vander.conceicao@uffs.edu.br

⁵ Doutor em Enfermagem. Professor do Programa de Pós Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, Santa Catarina, Brasil. Contato: claudio.filho@uffs.edu.br

O distanciamento da comunidade LGBTQIAPN+ dos serviços de saúde, com foco para a Atenção Primária que deveria ser a porta de entrada prioritária, é um reflexo direto de uma série de barreiras que envolvem fatores culturais, sociais, econômicos e políticos. A resistência ao atendimento heteronormativo pelos profissionais de saúde, o receio de sofrer discriminação por parte dos profissionais de saúde ou até mesmo o medo de expor sua identidade sexual ou de gênero em um ambiente muitas vezes hostil contribuem para esse afastamento (Paiva; Farah; Duarte, 2023).

Dessa forma, para que o Sistema Único de Saúde (SUS) cumpra seu papel de garantir a saúde como um direito universal e equânime, é imperativo que sejam reconhecidas as necessidades específicas da comunidade LGBTQIAPN+ e que sejam implantadas e/ou implementadas políticas e práticas inclusivas. Isso envolve desde a formação de profissionais sensibilizados para as questões de gênero e sexualidade, até a implementação de serviços de saúde mais acessíveis e adaptados às realidades dessa população.

2 Objetivo

Relatar a construção e a participação em um seminário sobre a promoção em saúde à comunidade LGBTQIAPN+, por enfermeiros mestrands de um programa de pós-graduação em enfermagem.

3 Metodologia

O presente resumo trata-se de um relato de experiência da participação no seminário sobre “Promoção à Saúde a Grupos Vulneráveis: um olhar para a comunidade LGBTQIAPN+”.

A atividade foi realizada em abril de 2024, durante a disciplina “Promoção à Saúde a Grupos Vulneráveis em Região de Fronteira”, no Programa de Pós Graduação em Enfermagem em uma universidade pública no sul do Brasil.

A disciplina supracitada aborda a relação entre Saúde Coletiva e os cuidados a grupos vulneráveis da mesorregião da grande fronteira do Mercosul. Tendo como objetivo principal a análise de políticas, estratégias e intervenções que transpassam os cuidados a esta população, de maneira interdisciplinar e em diferentes níveis de cuidado, fomentando as relações sociais, culturais, econômicas, étnicas e comportamentais.

Como estratégia para dialogar e refletir sobre a saúde das diversas populações vulneráveis, planejou-se a apresentação de seminários. A saúde da população LGBTQIAPN+ foi um dos temas elencados para discussão e aprofundamento teórico.

4 Resultados e Discussão

Os participantes do grupo estruturaram a atividade em duas etapas principais. A primeira, diz respeito ao detalhamento conceitual das populações envolvidas, contexto histórico, marcos para a saúde da população e exposição dos principais objetivos e desafios da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LBGT), como forma de aproximar os participantes com o tema.

No segundo momento, propôs-se uma atividade integradora, onde houve a explanação das experiências e vivências de um enfermeiro, homem transexual, pansexual. O momento foi conduzido no formato de roda de conversa, iniciando com a apresentação e relato do convidado sobre seu processo de transição de gênero e sua percepção da relação com a saúde.

Os(as) Mestrandos(as) refletiram sobre as possibilidades e desafios de se acolher a população LGBTQIAPN+ no SUS, problematizando a Enfermagem como categoria com potência para fortalecer vínculos entre equipes de saúde e populações vulneráveis, contudo, com muito a avançar na ressignificação de preconceitos desde sua formação técnica e/ou profissional.

Para o palestrante, a transição de gênero representa um desafio profundo e multifacetado, não apenas no âmbito individual, mas também social. Ela exige que indivíduos trans enfrentem uma estrutura conservadora e rígida, que muitas vezes marginaliza, estigmatiza e nega a diversidade de identidades de gênero. Ao tomar a decisão de vivenciar a sua identidade de gênero de forma autêntica, a pessoa trans não só lida com questões internas de aceitação e autoconhecimento, mas também se vê diante da resistência de uma sociedade que, por muito tempo, estabeleceu normas fixas e excludentes sobre o que é considerado "normal" ou "natural".

Muito ainda se esbarra em um conceito de “corpo errado”, construído a partir de uma visão binária e normatizada de gênero, invisibilizando a pluralidade destes sujeitos. Ser trans implica em uma representação social, em um ato político, pois desafia as normas impostas. É um ato de resistência, visibilidade e empoderamento.

Para ele, no âmbito da saúde, estes preceitos influenciam diretamente na abordagem para com as pessoas trans, que passam por situações de discriminação, as colocando em uma

posição de vulnerabilidade. O local que deveria ser acolhedor atua como um incentivador de um modelo biologicista, que nega a complexidade e a diversidade do ser trans. De modo a afastar este grupo do acesso à saúde.

Como tentativa de romper as barreiras é instituída a PNSI-LBGT, que em consonância com os princípios do SUS, objetiva a promoção em saúde de forma equânime para com esta população, garantindo acesso universal e transversal. Reconhecendo as demandas específicas e atuando de forma justa e sem discriminação (Brasil, 2013).

Os participantes do seminário entenderam ser insuficiente a eficácia na prática do SUS da PNSI-LBGT. Entre os obstáculos estão a falta de capacitação dos profissionais de saúde, a discriminação estrutural dentro dos serviços, a ausência de recursos específicos para o atendimento da população LGBTQIAPN+, assim como a resistência cultural em muitos ambientes de saúde. Outro fator é a baixa produção científica sobre o tema, assim como o próprio desconhecimento dos gestores em saúde sobre a política (Rodrigues; Avellar, 2023).

Para que a política seja eficaz, é necessário um ajuste no modelo de desenvolvimento e na organização social, alinhando o fortalecimento de valores democráticos com avanços sociais. Isso envolve garantir um sistema de saúde mais inclusivo, que respeite e atenda às especificidades da população LGBTQIAPN+, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária (Ferreira; Nascimento, 2022).

Deste modo, a abordagem desse tema para com profissionais da saúde, e nesta experiência, futuros(as) Mestres(as) em Enfermagem, fomenta a formação de profissionais mais humanizados e capacitados para lidar com a diversidade de identidades e orientações sexuais, de maneira respeitosa e empática. A criação de um ambiente de saúde inclusivo e livre de preconceitos depende de uma educação permanente que promova o respeito, a escuta ativa e a compreensão das individualidades dos sujeitos, contribuindo para um atendimento mais acolhedor e eficaz.

5 Considerações finais

O SUS, que deveria ser um mecanismo de inclusão e equidade, muitas vezes não possui estruturas adequadas para lidar com as especificidades da população LGBTQIAPN+. A falta de processos formativos sobre questões de diversidade sexual e de gênero entre profissionais de saúde, a escassez de serviços especializados e a carência de políticas públicas direcionadas para essas demandas ampliam a exclusão e o sofrimento.

Ao integrar temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos de formação dos profissionais de saúde, é possível combater o preconceito, reduzir estigmas e

garantir que as pessoas LGBTQIAPN+ recebam cuidados adequados e sem discriminação. Além disso, esse ensino contribui para a criação de um ambiente de saúde mais seguro e acolhedor, permitindo que as demandas dessa comunidade sejam atendidas com sensibilidade e compreensão, o que é essencial para a promoção da equidade no acesso à saúde.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Minorias Sexuais e de Gênero; Populações Vulneráveis.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em: 07 out. 2024.

FERREIRA, Breno De Oliveira; NASCIMENTO, Marcos. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3825–3834, out. 2022.

PAIVA, Camila Rodrigues; FARAH, Beatriz Francisco; DUARTE, Marco José de Oliveira. A rede de cuidados à saúde para a população transexual. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 33, p. e33001, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333001>>. Acesso em: 07 out 2024.

RODRIGUES, Felipe Behrends; AVELLAR, Caio Carvalho Castilho de . Avanços e barreiras na implementação da política nacional de saúde integral da população LGBT: uma revisão integrativa. **Journal of Education Science and Health**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 01–11, 2023. DOI: 10.52832/jesh.v3i3.209. Disponível em:
<https://bio10publicacao.com.br/jesh/article/view/209>. Acesso em: 7 out. 2024.

TONI JUNIOR, Claudio Noel de. (Paola de Toni). A Busca De Novas Formas De Vida No Corpo Transexual: O Que Podemos Aprender Com Foucault Na Análise Da Epistemologia Antiga?. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 294–312, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i3.11595. Disponível em:
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11595>. Acesso em: 07 out 2024.